

**A REAFIRMAÇÃO DA DIALÉTICA CAMPO-CIDADE NA
PRODUÇÃO DO ESPAÇO: uma leitura dos conceitos a partir da
realidade concreta**

**LA REAFIRMACION DE LA DIALÉCTICA CAMPO-CIUDAD EN
LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO: una lectura de los conceptos a
partir da la realidad concreta**

Suzane Tosta Souza

Doutora em Geografia/UFS.
Docente/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
suzanetosta@gmail.com

Jânio Roberto Diniz dos Santos

Doutor em Geografia/USP.
Docente/Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
jandiniz@yahoo.com.br

Victor Andrade Silva Leal

Mestrando em Geografia/PPGEO/UESB (Bolsista)
victor.leal_geo@yahoo.com.br

Fátima Crislaine Batista Rocha

Mestranda em Geografia/PPGEO/UESB (Bolsista)
fau.geo@hotmail.com

Resumo

O referido artigo aponta as reflexões realizadas pelo Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade, na compreensão do processo de produção contraditória do espaço geográfico, em tempos de crise e reestruturação do modo de produção. Em um primeiro momento traz à reflexão as categorias que dão suporte a tais estudos, quais sejam: trabalho, mobilidade do trabalho, campesinato, produção do espaço e relação campo-cidade, ambas tratadas como parte de uma totalidade social de fundamental importância para se compreender os processos espaciais na atualidade. Em um segundo momento, o debate teórico se referenda na análise da realidade concreta, a partir de algumas pesquisas realizadas. Em tais estudos tem se evidenciado uma intensa relação nos processos de produção dos espaços do campo e das cidades, impulsionada pelas transformações na relação capital *versus* trabalho que se explica na expansão da sociedade produtora de mercadorias. Para tanto, reafirma o trabalho e a mobilidade da força de trabalho como questões centrais para se pensar a produção dos espaços da cidade e do campo, reforçando a necessidade de reflexão sobre esses conceitos para a compreensão da realidade concreta.

Palavras-chave: Trabalho. Mobilidade do Trabalho. Relação Campo-Cidade. Periferia Urbana. Produção do Espaço.

Resumen

Dicho artículo señala las reflexiones realizadas por el Grupo de Investigación Trabajo, Movilidad y Relación Campo-Ciudad, en la comprensión del proceso de producción contradictoria del espacio geográfico, en tiempos de crisis y reestructuración del modo de producción. En un primer momento se reflexiona sobre las categorías que dan la base de soporte a dichos estudios, los cuales son: trabajo, movilidad del trabajo, campesinos, producción del espacio y la relación campo-ciudad, ambas tratadas como parte de una totalidad social de fundamental importancia para que se comprendan mejor los procesos espaciales en la actualidad. En un segundo momento, el debate teórico, refiriéndose al análisis de la realidad concreta, a partir de algunas investigaciones realizadas. En dichos estudios se han evidenciado una intensa relación en los procesos de producción de los espacios del campo y de las ciudades, impulsada por las transformaciones en la relación capital *versus* trabajo que se explica en la expansión de la sociedad productora de mercaderías. Para ello, reafirma al trabajo y a la expansión de la sociedad como cuestiones centrales para reflexionar sobre la producción de los espacios de la ciudad y del campo, reforzando la necesidad del pensar a respecto de esos conceptos para la comprensión de la realidad concreta.

Palabras-clave: Trabajo. Movilidad del Trabajo. Relación Campo-Ciudad. Periferia Urbana. Producción del Espacio.

Introdução

O referido texto resulta das reflexões teórico-conceituais que dão suporte as pesquisas realizadas pelo grupo Trabalho, Mobilidade do Trabalho e Relação Campo-Cidade¹, entre os anos de 2008 a 2016, no intuito de compreender a produção do espaço geográfico nas contradições do modo de produção vigente. Tal objetivo partiu da realidade concreta e permitiu afirmar a intensa dialética campo cidade na explicação dos processos de produção dos diferentes espaços em estudo, enfatizando as categorias trabalho e mobilidade do trabalho como fundamentais nesse processo.

A metodologia consistiu em um levantamento das leituras teóricas, com destaque as categoriais de análise que dão sustentação tanto ao artigo quanto as pesquisas desenvolvidas pelo grupo, tendo como norte as reflexões postas pelo método do materialismo histórico dialético. Nesse objetivo, ressaltam as leituras sobre as categorias trabalho, mobilidade do trabalho, campesinato, relação campo-cidade e produção do espaço. Posteriormente, buscou-se, a partir de algumas das pesquisas já realizadas, apontar a validade e sustentação das categorias analíticas à luz da realidade concreta,

fomentando a leitura do real por meio da relação teoria e prática. As pesquisas realizadas, embora partindo da mesma abordagem analítica, foram apresentadas em dois momentos.

Em um primeiro momento, abordou-se a realidade do campo, em pesquisas realizadas em assentamentos rurais e demais comunidades camponesas, locais em que se verificou a constante saída de pessoas, sobretudo jovens, em busca do trabalho, ainda que esporádicos, em locais fora da comunidade – seja em atividades agropecuárias ou em serviços realizados na cidade².

A capacidade do capital em expropriar os trabalhadores e os colocar à disposição da produção do valor se intensificou bastante ao longo do tempo. No campo, tomando por base sobretudo estudos sobre o Sudoeste da Bahia, isso se expressa nas dificuldades de permanência dos camponeses em suas terras de trabalho. Antes, entre as décadas de 1970-1990, se verificava uma saída definitiva da terra e a proletarianização de parte desses sujeitos que, em sua maioria, passavam a se reproduzir nos espaços da periferia urbana. Mais recentemente, nos anos 2000, aponta-se um novo perfil em tais deslocamentos, nos quais os migrantes passam a sofrer os efeitos mais diretos da reestruturação produtiva do capital, estando assujeitados a trabalhos mais precarizados e temporários, fato que coloca os mesmos na constante mobilidade de sua força de trabalho, entre atividades realizadas no campo e nas cidades. Tal realidade, por outro lado, permite que esses sujeitos mantenham os vínculos com as comunidades rurais nas quais vivem, reafirmando, embora transformando, sua identidade camponesa (SOUZA, 2008; SANTOS, 2009; MASCARENHAS, 2012; FIALHO, 2014).

Em um segundo momento, analisou-se a condição móvel do trabalho de diversas famílias que, em sua maioria expulsas do campo, encontraram nas periferias urbanas, em destaque a cidade de Vitória da Conquista, seu novo *lócus* de reprodução da vida, e que na condição de sujeitos expropriados do campo se encontram totalmente convertidos em força de trabalho para o capital (SOUZA, et. al., 2015; OLIVEIRA JUNIOR, 2012; LEBRÃO, 2014).

Nesse contexto, o centro da análise foram os sujeitos que se reproduzem na periferia urbana de Vitória da Conquista e constituem parte do exército local de reserva, e que, na condição de trabalhadores pouco qualificados, encontram-se assujeitados a maior exploração de sua força de trabalho. Os estudos que buscaram evidenciar essa

realidade também reafirmaram a relação campo cidade – seja por conta do histórico de vida de muitas pessoas entrevistadas apontarem para um passado no campo, de onde foram expulsos, seja por manterem com esses espaços fortes vínculos afetivos, relações de parentesco, ou mesmo de trabalho, em um determinado período do ano. Ressalta-se, como exemplo, os períodos de colheita do café nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça/BA, que acabam por funcionar como momentos de venda de força de trabalho para parte dos trabalhadores urbanos, em serviços no campo. A expansão da construção civil, por sua vez, acaba levando os trabalhadores a um movimento inverso – ou seja, a saída temporária do campo em direção as periferias da cidade, levando esses sujeitos a também realizar a vida na mediação entre o campo e a cidade.

Em recente pesquisa Lebrão (2014) aponta para a importância do migrante na produção dos espaços da periferia urbana de Vitória da Conquista, enfatizando o deslocamento significativo de famílias camponesas que passam a se reproduzir nesses novos espaços. É com base nessa realidade que uma série de pesquisas, como as realizadas por Souza, et. al., (2015), Leal, Silva e Souza (2013), Novais e Souza (2013), Oliveira Júnior (2012), dentre outras, apontam o processo de proletarização e precarização do trabalho dos sujeitos que se reproduzem nas periferias urbanas, levando-os a diversas formas de deslocamentos a fim de garantir, minimamente, a sobrevivência pelo trabalho, sejam esses realizados nas cidades ou no campo.

Além disso, não raro foram encontrados trabalhadores que também passam a se inserir na luta pela terra, ocupando áreas rurais ou franjas urbanas, como possibilidade de sobreviver. São essas transformações verificadas no mundo do trabalho, que tem nos dado novos elementos para se pensar a relação entre o campo e a cidade, a reprodução camponesa e a proletarização, ambos permeados pelos conflitos capital *versus* trabalho, fundamentais a compreensão da produção dos diferentes espaços.

Relação Campo-Cidade: questões para o debate partindo da realidade concreta

Dos conceitos e das categorias

Considera-se, no presente artigo, que a questão central para a compreensão da realidade e como essa se reproduz no espaço geográfico parte da teoria crítica marxista, para a qual o **trabalho** é condição fundante para a reprodução social.

Referendando-se na centralidade do trabalho é que se pode compreender a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção e a sua condição de móveis para o capital. Nesse processo os estudos sobre a **mobilidade do trabalho** adquirem relevância, inclusive para se explicar a saída, ainda que temporária, do camponês (ou de parte da família camponesa) de sua terra em busca do labor. Tal processo se constitui contraditoriamente enquanto condição de reprodução da vida e, ao mesmo tempo, de sujeição ao capital. Nesse sentido, reforça-se a importância da terra camponesa, a terra de trabalho. Ou seja, a terra é a condição principal de reprodução social, mas, dadas as dificuldades em que vivem (por vários motivos que pretendemos abordar ao longo do texto) os camponeses, muitas vezes, precisam se sujeitar ao assalariamento, geralmente em condições bastante precárias e muito aquém de suas expectativas. Nesse caso, a luta pelo trabalho se estabelece, sobretudo, do campo em direção as cidades, mas esse é apenas um momento da análise.

Posteriormente, os estudos apontaram para a necessidade de ampliar essa leitura do real, posto que os mesmos atendiam apenas aquela parcela da classe trabalhadora que permanecia no campo (mesmo que em condições de bastante dificuldade), não capturando o sentido do trabalho (e a luta por esse) para aqueles sujeitos que já haviam sido expropriados da terra.

Então a hipótese no caso dos primeiros era: A mobilidade do trabalho camponês (ou de parte de sua família) expressa à constante condição de proletariedade a qual parte desses sujeitos estão submetidos, embora não deixem de se reproduzir enquanto camponeses, através do trabalho na terra. Nesse caso, ao mesmo tempo em que a proletarização (ainda que parcial) é condição de reprodução para os camponeses, também permite e disponibiliza esses à exploração de sua força de trabalho pelo assalariamento ou por meio de outras relações. Para os trabalhadores já totalmente expropriados do campo (os sem terra) a hipótese central é que a venda da força de trabalho é a única condição de reprodução social (grande parte desses já vivendo nas periferias urbanas) e talvez por isso, suas condições de vida sejam ainda mais delicadas que os primeiros.

Para contemplar tais afirmativas, após uma leitura e compreensão da mobilidade de parte da força de trabalho camponesa que saem das comunidades (ainda que provisoriamente) em busca do assalariamento, em pesquisas realizadas entre os anos de

2008-2013, é que, recentemente, tem-se priorizado o contato com trabalhadores na condição de proletários, ou seja, completamente expropriados dos meios de produção (e da terra) e possuidores, única e exclusivamente, de sua força de trabalho e dispostos a vendê-la, de qualquer maneira, para conseguir garantir sua reprodução social. Desse modo, o foco passa a ser os sujeitos residentes no urbano, nas franjas da cidade, nas áreas periféricas socialmente.

A dimensão dialética permite compreender o processo de **produção do espaço** enquanto produto social e histórico, em que as contradições inerentes a uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, detentoras e não detentoras dos meios de produção, permitem analisar os espaços do campo e das cidades enquanto expressão concreta dessa sociedade capitalista.

Nesse sentido, o espaço é entendido como **produção social**, como bastante explorado pelas análises da Geografia Crítica fundamentada no Materialismo Histórico Dialético, expressão (porque produto e condição) da sociedade com todas as suas contradições, conforme apontado por Henri Lefebvre (1974), Ana Fani Carlos (2008) e outros autores. É essa a concepção de espaço que o presente estudo adota, não o espaço estático, receptáculo, como bastante enfatizado na Geografia Clássica, muito menos o espaço organizado, planejado, como quis fazer acreditar a Geografia Neopositivista, vinculado aos interesses do Estado, em consonância com a lógica acumulativa do capital.

O conceito de **produção do espaço**, conforme a tradição crítica marxista, permite-nos contrapor e superar as leituras anteriores e compreender a essência da produção do espaço sob a égide da produção do capital. É através da compreensão das classes sociais com interesses antagônicos que se pode entender as contradições inerentes a produção e apropriação da riqueza socialmente produzida e o espaço como expressão desse processo. Essa realidade permite-nos compreender, por exemplo a expansão do agronegócio no campo em contraposição a expulsão ou sujeição camponesa e mesmo o processo de proletarianização crescente no campo e nas cidades, a produção e apropriação desigual do espaço urbano, dentre outras questões.

Na tentativa de compreender o campo brasileiro enquanto expressão de uma sociedade composta por classes sociais antagônicas, defendemos, sustentando-se, sobretudo, na abordagem teórica de Rosa de Luxemburgo (1985) a reprodução de uma

classe não capitalista: o **campesinato**, no capitalismo. Por isso, nos apoiamos na tese de que a análise do campo brasileiro, enquanto expressão da sociedade, perpassa pela compreensão das classes sociais que atuam no mesmo e seus interesses contraditórios. Assim, além das classes dos capitalistas, dos proprietários fundiários e dos trabalhadores assalariados (fundamento da própria sociedade capitalista), existe e se reproduz no campo brasileiro uma classe não-capitalista, camponesa, e que suas ações tanto na permanência na terra de trabalho quanto na resistência, envolvendo, principalmente, a luta pela terra pela via das ocupações, são de fundamental importância para se compreender o campo na atualidade. Daí a relevância da categoria analítica **campesinato**, sobretudo nos estudos relacionados à Questão agrária brasileira.

Posteriormente, compreendemos que embora exista e se reproduza um **campesinato**, o mesmo sofre as intervenções de uma sociedade capitalista, sendo, em sua maioria, sujeitado à produção de capital, obrigado a plantar o que o mercado define, muitas vezes, abrindo mão de sua “relativa autonomia” – que definia a reprodução dessa classe em outros tempos e modo de produção. Assim sendo, as dificuldades em que os camponeses se encontram frente às investidas do capital que visa, sobretudo, se apropriar de sua produção, leva parte desses a constantes saídas do campo e a proletarianização – através da venda temporária de sua força de trabalho, enquanto condição fundamental para se manter na terra.

Por conta dessa realidade a categoria **mobilidade do trabalho** adquiriu relevância central na pesquisa, posto ser essa a condição de reprodução do ser social que trabalha, seja esse sujeito já total ou parcialmente proletarianizado.

Essa mobilidade do trabalho adquire maior relevância ao considerarmos o crescimento do desemprego enquanto expressão da crise estrutural do capital que se agrava após a década de 1970. A tecnificação da produção toyotista, aliada a dispensa crescente de trabalhadores como condição de “superação da crise” e a busca em “repor o patamar de acumulação” traz como condição indispensável o endurecimento das condições do labor, sobretudo para os sujeitos ditos “não-qualificados”, intensifica a luta pelo trabalho e joga um exército de alguns milhões de miseráveis dispostos a qualquer condição para se reproduzir. Nesse processo, a mobilidade se intensifica, o trabalhador passa a contar com uma “maior concorrência” ainda que nos “piores” tipos de “serviços”.

A força de trabalho se torna móvel e os deslocamentos cada vez mais intensos (por conta do próprio exército crescente de reserva, em todas as regiões) e mais curtos (tendo em vista a diminuição do período em que se consegue efetivamente trabalhar), além das condições de labor cada vez mais degradantes, humilhantes e sem garantias dos direitos. (MESZÁROS, 2002; ANTUNES, 2003).

Por isso, considera-se a categoria trabalho central para se compreender o processo de produção do espaço. Na Geografia crítica, diferente da leitura predominante na Geografia Clássica e mesmo na Geografia Neopositivista, a relação Sociedade *versus* Natureza não pode se estabelecer fora do labor. É através do trabalho que a sociedade entra em contato com a natureza, transformando-a, em princípio, para a satisfação de suas necessidades. Enquanto unidade dialética, ao transformar a natureza a sociedade também se transforma.

Para Marx (1983) o trabalho compreende qualquer forma de transformação da natureza. É, por meio do trabalho, que a sociedade, ao longo de sua existência e travando relações sociais cada vez mais complexas, produz o espaço geográfico, sendo esse espaço a própria expressão (porque produto e condição) da sociedade. Assim, sendo a sociedade desigual, o processo de produção do espaço expressará, em sua aparência e essência, essa desigualdade.

Conforme analisa a tradição teórica marxiana o trabalho pode ser compreendido como condição ontológica do homem, necessário à sua existência. Esse trabalho, condição de realização do ser social, no capitalismo é apropriado para gerar, em escala crescente, a mais valia – a ser apropriada pelos capitalistas. Esse modo de produção, ao separar o trabalhador dos meios de produção o converte em força de trabalho para produzir mais mercadorias. Desse modo, o trabalhador não mais trabalha para a satisfação de suas necessidades, para produzir valores de uso para si e sua família, mas para produzir valores de troca, mercadorias para a realização do capital, em sua condição de força extratora do trabalho excedente.

Considerando esse aparato teórico e vinculando à realidade de pesquisa pode-se considerar que no âmbito da produção camponesa embora os mesmos se insiram na lógica do mercado, muitas vezes plantando cultivos comerciais, ainda é possível se verificar a produção de valores de uso, voltada, em parte, a satisfação das necessidades familiares.

No que se refere ao trabalhador proletarizado, ou seja, já totalmente separado dos meios de produção e da terra, a lógica que prevalece na reprodução social desses sujeitos é o trabalho produtor de mercadorias para o capital, valores de troca, em que o trabalhador sequer se apropria de parte daquilo que produz, caracterizando aquilo que Marx (2004) define por desefetivação do trabalho.

Essa luta pelo trabalho tem redefinido as relações no campo e nas cidades, posto não ser mais possível, muitas vezes, definir o trabalhador de um local ou de outro. É a busca constante pelo labor que define esses sujeitos e não mais a especificidade do ramo e do local onde se realiza. Assim, o camponês pode, por vezes, em determinados períodos do ano, desempenhar o trabalho (de diversos tipos) no urbano, como na construção civil. Do mesmo modo, o sujeito residente no espaço urbano, na condição de totalmente expropriado dos meios de produção, pode encontrar nos espaços rurais (como em outros espaços urbanos) possibilidades concretas de vender a sua força de trabalho.

As transformações impostas pelo modelo de produção flexível e a desregulamentação das condições de trabalho, podem ser consideradas questões fundamentais para a intensificação da mobilidade. Assim, não é o trabalhador quem define que tipo de serviço desempenhar, mas o capital (GAUDEMAR, 1977). Nesse processo, os espaços rurais e urbanos sofrem modificações inerentes a reestruturação produtiva e não mais podem ser compreendidos como pares antagônicos, ou o espaço agrário visto como *continuum* do espaço urbano. Tão pouco se pode, com base na realidade apontada pela pesquisa, aferir que o agrário está se urbanizando. Na verdade, considera-se que ambos os espaços sofrem significativas alterações dadas às demandas produtivas do sistema sociometabólico do capital, sustentado na sociedade urbana, mas que os mesmos trazem conteúdos sociais específicos que os diferenciam, embora não mais os separe. Assim, verifica-se a necessidade de uma releitura sobre as categorias campo e cidade e, sobretudo, da **relação campo-cidade**, em que a mobilidade da força de trabalho frente à acumulação de capital adquire relevância.

Ressalta-se que nas leituras mais tradicionais da Geografia, a categoria mobilidade do trabalho não é relevante e os estudos sobre as migrações aparecem na generalidade dos deslocamentos populacionais, sem, contudo, explicar as razões estruturais de tais processos. Embora se possa considerar que os deslocamentos espaciais ocorram tendo

objetivos os mais diversos, considera-se que grande parte desses se estabelece pelo trabalho, condição central da reprodução social. Nesse sentido, adotamos a categoria mobilidade do trabalho, tomando por base a teoria marxista, fundamentada, sobretudo pelas leituras de Jean Paul de Gaudemar (1977).

Assim, não se trata pura e simplesmente de uma leitura dual sobre as causas e consequências das migrações, tão pouco de uma análise linear em que os sujeitos se deslocam “em busca de melhores condições de vida”, posto não ser essa a questão central verificada com base na realidade concreta dos trabalhadores do Sudoeste da Bahia analisados, o que acredita-se, expressa uma singularidade inserida na totalidade. Por isso, opta-se por uma reflexão da categoria mobilidade do trabalho, por entender que essa se revela pelas necessidades impostas pelo modo de produção vigente, em seu objetivo de extrair o trabalho não pago. Para o trabalhador, essa mobilidade expressa, exatamente, a possibilidade de vender a sua força de trabalho, portanto reforçando a hipótese da centralidade do trabalho enquanto condição de reprodução social e de produção do espaço.

Reprodução camponesa e sujeição ao capital: faces de uma mesma moeda partindo do olhar sobre o campo

O entendimento do espaço agrário no Sudoeste da Bahia pode ser compreendido como uma singularidade das contradições existentes no campo brasileiro voltado para a produção do capital, pelos interesses conflitantes e antagônicos entre as classes sociais que se reproduzem nesse espaço, e pela perpetuação da apropriação privada da terra e dos meios de produção.

As condições impostas pelo sistema sociometabólico do capital repercute, negativamente, para os trabalhadores – detentores de sua força de trabalho e dispostos as condições mais áridas de labor como única condição de sobrevivência. Tal realidade adquire um conteúdo ainda mais perverso a partir dos anos 2000, devido aos resultados mais concretos da reestruturação do capital no campo, que coloca na condição do desemprego crônico milhares de trabalhadores.

Para os camponeses, a expansão do agronegócio, representando os interesses mais diretos do capital, se expressa na tentativa de converter esses sujeitos a produzirem,

exclusivamente, os cultivos que interessam ao mercado, leva-os a constante condição de instabilidade em continuar se reproduzindo por meio do trabalho praticado na terra. É nesse contexto que se pode compreender a sujeição de grande parte desses sujeitos ao assalariamento, alternando o trabalho na terra com a venda, ainda que temporária, de sua força de trabalho.

Em pesquisas de iniciação científica, realizadas nos anos de 2013 e 2014, constatou-se que muitos trabalhadores, sobretudo informais, que se reproduzem no centro urbano de Vitória da Conquista tiveram um passado familiar ligado a terra, de onde foram expropriados e se converteram, há algumas décadas, em proletariado urbano, se reproduzindo nos espaços da periferia e desenvolvendo atividades precárias de trabalho, e em geral temporárias, relegando esses sujeitos a maiores dificuldades para garantir sua reprodução social.

Tal realidade pode ser entendida enquanto produto da expansão capitalista no campo que, no caso da região em estudo, adquire maior proporção na década de 1970 e posteriores, dada difusão do monocultivo do café. Esse cultivo passa a representar o ideário da ‘modernização’ que o campo deveria passar para atender os novos interesses da reprodução ampliada do capital, processo que se intensifica nos anos 2000 em diante, com a ampla utilização de incrementos tecnológicos dispensadores da força de trabalho.

Na região Sudoeste da Bahia pode-se constatar que acompanhando essa onda “modernizante”, é implementada, a partir da década de 1970, a difusão de pesquisas e tecnologias voltadas a expansão da produção da monocultura do café, sobretudo nas grandes e médias propriedades – o que repercute na falência de centenas de pequenos agricultores, perda ou abandono de suas terras, no crescimento das cidades (com destaque para Vitória da Conquista) e no acelerado processo de empobrecimento da população camponesa. Contraditoriamente à modernização anunciada, o que se verifica é o agravamento das condições de trabalho no campo, dada intensificação do conflito capital *versus* trabalho na região, o que redundou na histórica greve dos trabalhadores do café e de tantos outros trabalhadores expulsos do campo, via modernização, que passam a se amontoar nas cidades mais próximas (SOUZA, 2008, p. 203).

Percebeu-se, ainda, que existe uma divisão social e sexual do trabalho desses sujeitos da pesquisa, na qual os homens acabam sendo direcionados para o labor em setores como: construção civil, serviços de segurança, atividades informais no centro urbano, enquanto entre as mulheres prevalecem tipos de trabalhos ligados aos serviços domésticos (empregadas domésticas, babás ou diaristas) ou especializado em fábricas de

calçados ou roupas íntimas femininas. Os resultados de tais pesquisas foram publicados em alguns artigos científicos a exemplo de Leal et. al., 2013 e Novais et. al. 2013. A hipótese central na qual o grupo de pesquisa se sustenta é a de que a luta pelo trabalho é a condição fundamental de reprodução da classe trabalhadora e a categoria central para se compreender a produção do espaço. É partindo dessa premissa que se pode compreender as transformações nos espaços do campo e das cidades e a intensificação da dialética campo-cidade, cujo fundamento é o trabalho.

Por conta dessa intensa mobilidade entre o campo e a cidade, é que compreendemos que a luta pelo trabalho traz em si uma forte relação entre esses espaços, em determinados momentos, representando trabalhadores expulsos do campo via valorização ou grilagem de terras, tornando esses camponeses proletários; em outros, as dificuldades para continuar se reproduzindo nas periferias urbanas levam os trabalhadores a buscar empregos nos curtos períodos de plantio e colheita no campo, na construção civil, na informalidade, ou em qualquer outro serviço que encontrar. A própria luta pela terra, via movimentos sociais, faz pensar nessa imbricada relação entre o campo e a cidade. Se camponês, se operário, é o trabalho a condição central de reprodução social desses sujeitos (SOUZA, et. al., 2015, p. 271).

Nesse emaranhado mundo do trabalho, tomando por referência a realidade da periferia urbana de Vitória da Conquista, e em consonância com o método adotado – que expressa as contradições estruturais nas quais se sustenta a sociedade capitalista, pôde-se ainda constatar que muitos trabalhadores, sobretudo os mais jovens, encontram-se totalmente inseridos e acostumados ao trabalho precarizado e temporário, e a vida urbana. Já os mais velhos apresentam maior vínculo com o campo, fato que os fazem almejar o retorno a esses espaços, inclusive se inserindo em movimentos de luta pela terra. Ou seja, embora proletarizados parte desses sujeitos salvaguardam a essência camponesa, a relação com o campo. Observemos o depoimento a seguir, de um assentado de reforma agrária, que embora se declarasse morador da cidade, adentra o movimento de luta pela terra em busca do trabalho.

(...) o que fez com que eu viesse para o acampamento foi o desemprego. Trabalhei a vida inteira, mas com a idade chegando as empresas não pegam mais, e por isso, não tinha como viver. Sou da Valença. Lá trabalhei com seringueira, palmito, etc. (...) eram outros cultivos, diferente daqui. Mas a gente nem sempre acha meio de vida no lugar que mora, não tive como ficar lá, tive quer sair para batalhar. Tenho um irmão assentado lá em Camamu, mas eu não pensava em participar do Movimento, (...) mas a necessidade fez com que eu entrasse para a luta. Hoje me sinto movimento. O movimento somos nós. Trabalhei 14 anos na Michelin. (...) Uma coisa errada que o Governo faz é construir habitação popular nas cidades, porque bota o povo lá mas não tem

emprego. Ai cai na marginalidade. Tem é que olhar para o campo, dar terra para o povo trabalhar. Tem muita terra ai para ser trabalhada. Da terra se tira o alimento, uma criação. É o campo que alimenta as cidades. (...) Aqui não pago aluguel e não passo fome. Vou na roça pego uma batata, uma abóbora, tem umas galinhazinhas, um porquinho, uma leitoa parida, a gente olha os filhotes chega se anima. Não saio daqui nunca mais. Tem gente que já tá até vendendo milho e outras coisas daqui. (E. S. M – Acampado, 18/02/2008, In: SOUZA, 2008, p. 569).

Por outro lado, cabe considerar que mesmo estando em áreas de reforma agrária, tal realidade não exime esses sujeitos da proletarização, ainda que temporária. Estudos realizados por Mascarenhas (2012) e Fialho e Souza (2015) dão conta de que mesmo na condição de assentados grande parte das famílias camponesas estão na mobilidade do trabalho, seja devido a problemas vinculados a processos naturais – como os longos períodos de estiagens que comprometem a produção, seja por conta do aumento do número de membros e da intensa fragmentação da unidade produtiva, levando parte da família a ter que se deslocar em busca da sobrevivência fora da área do assentamento. Esses podem ser compreendidos como momentos em que os camponeses/trabalhadores colocam a disposição do capital sua força de trabalho, se proletarizando, ainda que parcialmente, contudo sem perder, totalmente, sua essência camponesa.

(...) mesmo tendo que se tornar mão-de-obra precarizada para aumentar os lucros dos proprietários fundiários e dos capitalistas, os assentados se submetem a tal demanda, sempre com o foco de investir parte do salário recebido com a venda de sua força de trabalho em seus lotes dentro do assentamento (...). Através dessa “falsa liberdade” exercida pelos trabalhadores é que percebe-se a sujeição destes aos desejos e imposições do capital, transformados em mercadorias os trabalhadores vendem sua força de trabalho na cidade e nas propriedades vizinhas criando valor e produzindo capital por meio da miséria, da fragmentação do trabalho e da classe trabalhadora (MASCARENHAS, 2012, p. 44).

A concretude das relações presentes no Assentamento Amaralina permite a constatação de que é pela luta que tais sujeitos têm tornado viável a sua permanência na terra. É na sujeição ao trabalho abstrato que parte desses sujeitos adquire a possibilidade de permanecerem se reproduzindo como camponeses. No entanto, considera-se que ao mesmo tempo em que a mobilidade configura no assentamento uma forma de “resistência” a expropriação, a mesma também evidencia um intenso processo de precarização do trabalho (FIALHO e SOUZA, 2015, p. 06).

Essa realidade se faz presente no contexto da mobilidade do trabalho, expressa na necessidade capitalista de expropriar, total ou parcialmente, os trabalhadores dos meios de produção e assim torná-los móveis para produzir valor. Assim, partimos das reflexões realizadas por Gaudemar (1977) para quem a mobilidade do trabalho expressa uma dupla e

contraditória realidade: uma a “liberdade” do trabalhador em ser possuidor de sua própria força de trabalho e vendê-la a quem desejar, mas contraditoriamente na constante necessidade desse em vender sua força de trabalho como condição única de sobreviver colocando o mesmo, por inteiro, a mercê da exploração pelo capital. Ou seja, nesse contexto, ou o trabalhador se submete aos desígnios da produção do valor ou perece até a morte!

Os resultados de pesquisas realizadas no âmbito do Grupo Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-Cidade apontam assim para a centralidade do trabalho, seja esse realizado na terra, onde torna-se possível a reprodução camponesa e a aproximação com o trabalho em sua condição de ser predominantemente concreto, ou mesmo na necessidade da constante mobilidade do trabalho, em direção ao assalariamento, a conversão do labor para a sua condição de trabalho abstrato, produtor de mais valor.

O trabalho, portanto, pode ser compreendido como condição ontológica do homem, necessário à sua reprodução social; no entanto, na lógica da sociedade capitalista, esse trabalho que humaniza o homem é transformado, pela apropriação privada dos meios de produção, pela separação dos trabalhadores dos meios de produzir a vida, inclusive da natureza – se tornando propriedade privada. É nessa situação real que se estabelece a sujeição do trabalho ao capital. É partindo desse pressuposto que Lessa (2002), fundamentado na teoria marxista, enfatiza a relação entre trabalho e trabalho abstrato, referendando a sobredeterminação da produção de valores de troca na sociedade capitalista em detrimento da produção de valores de uso (SOUZA, et. al, 2015, p. 265).

Entretanto, mesmo concordando com a leitura fundamentada na teoria marxiana, no que se refere à realidade concreta das comunidades rurais em luta pelo trabalho, fato que intensifica a relação campo-cidade, cabe-nos fazer algumas considerações: embora parcialmente subjugado ao capital, sendo também disponibilizado para o trabalho assalariado, produtor de valor, o camponês não perde por completo o controle sobre o seu trabalho, o que se reproduz nos espaços de luta pela terra, nas pequenas frações de terra onde desenvolvem a produção camponesa, e o reaproxima do trabalho em sua condição de ser concreto. Por outro lado, a sujeição ao assalariamento traz em si também questões de extrema relevância apontadas pelas pesquisas realizadas, na medida em que essa sujeição ao trabalho abstrato, muitas vezes, é a única forma desses conseguirem garantir o trabalho em sua condição concreta, qual seja, aquele praticado nas pequenas unidades de produção. Ou seja, no mesmo momento em que esses sujeitos se reafirmam, em parte, se negam enquanto camponeses.

Esse processo de sujeição/reprodução do campesinato entre o trabalho abstrato e o concreto é apontado pela pesquisa de Silva (2012) ao analisar os camponeses dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça/BA que tem parte do seu tempo de trabalho sujeitado ao plantio e colheita de café, um dos principais produtos do agronegócio na região.

(...) apesar de ser uma atividade que dura poucos meses, portanto oferece apenas o trabalho de forma temporária, a colheita do café, mesmo assim, ainda continua sendo a principal oferta de trabalho para os trabalhadores da região. Diante do quadro crítico atual do desemprego, muitos trabalhadores veem nesse curto ciclo da colheita do café a principal oportunidade de trabalhar para pagar suas dívidas e se preparar para enfrentar o tormento do desemprego que certamente irá conviver em seguida, com o fim da safra de café. (...) o trabalho é árduo, temporário e, na maioria dos casos, (...) sem registro em carteira e sem nenhum benefício a receber quando o café acabar (...). (SILVA, 2012, p. 70).

Ressalta-se que o trabalho no curto período da colheita de café não é realizado apenas por camponeses ou assalariados do campo. Estes encontram ainda a “concorrência” de centenas de trabalhadores urbanos que se reproduzem nos espaços da periferia, intensificando uma verdadeira “batalha” pelo labor, estimulada por esse crescente exército de reserva, rebaixando os salários e se constituindo em maiores dificuldades para os trabalhadores da região (seja do campo ou das cidades) se reproduzirem. Por isso é que esses sujeitos não possuem alternativa a não ser realizarem deslocamentos para lugares mais distantes.

Essa realidade é apontada por Santana (2011) ao analisar as relações de trabalho no café, no Sudoeste da Bahia, frente aos efeitos da reestruturação produtiva do capital no campo, agravando a crise pelo labor - levando os sujeitos a realizarem constantes deslocamentos, que se tornam mais intensos e diversificados e repercute na saída de muitos trabalhadores da região em busca do assalariamento em outros estados, com destaque os localizados no Centro-Sul do país. Em análise realizada no ano de 2016 a autora aponta que:

Diante de tal cenário de inovações técnicas, verifica-se um conjunto de transformações na estrutura produtiva agrícola da região, na qual a dispensa do proletariado rural, isto é, da força de trabalho historicamente temporária e desqualificada que era absorvida, está sendo sobreposta pela ampliação da contratação de trabalhadores especializados (mecânicos, motoristas, tratoristas, operadores de máquinas, irrigação, beneficiamento, etc.) até mesmo dissipada pelas máquinas. Portanto, de uma atividade que absorvia grande contingente de força de trabalho em todo seu processo produtivo,

principalmente na fase da colheita, a agricultura cafeeira do século XXI, dotada de tecnologia, vem sendo responsável pelo aumento sem precedentes do desemprego no campo na região estudada (SANTANA, 2016, p. 130).

Sobre os rebatimentos do desemprego na vida dos sujeitos que tinham sua reprodução bastante ligada ao trabalho no café, arremata Santana (2016) que:

(...) a subsunção real do trabalho se estabelece por meio desse complexo de relações articuladas pelo capital no seu processo acumulativo, incidindo de maneira ainda mais perversa em sua relação conflituosa com o trabalho. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se elevam os índices de desemprego, o capital reafirma constantemente o seu poder sobre os meios de produção, incorporando mais tecnologia nos processos produtivos e intensificando de várias formas a exploração da força de trabalho (SANTANA, 2016, p. 158).

Assim, pode-se compreender que acumulação de capital e precarização do trabalho são faces de um mesmo processo, levando a compreensão de que a barbárie é a condição para a “modernização capitalista”, repercutindo em maiores dificuldades de reprodução social para aqueles que apenas dispõem de sua força de trabalho para vender, e que se não consegue fazê-la são condenados ao padecimento. A mobilidade e a inserção nas condições de trabalho mais precárias, ou o desemprego crônico, a miséria, a mendicância ou a prática do trabalho análogo a escravidão passa a fazer parte do cotidiano desses sujeitos na busca pela sobrevivência.

Trabalhadores da periferia urbana na mobilidade do trabalho entre o campo e a cidade

Em um segundo momento, nas pesquisas realizadas pelo Grupo Trabalho, Mobilidade do Trabalho e Relação Campo-Cidade, buscou-se analisar a situação dos trabalhadores já totalmente expropriados dos meios de produção, tendo como foco central os sujeitos que residem na periferia urbana. A pesquisa empírica se centrou na realidade verificada na cidade de Vitória da Conquista, entre os anos de 2013-2016, e expressa à necessidade de compreendê-la em seu movimento e contradição. Portanto, reafirma-se a centralidade da luta pelo trabalho, e que essa impõe pensar o trabalhador na constante dialética campo-cidade.

Desse modo, refuta-se a idéia de pesquisas que fragmentam os espaços rurais e urbanos, ou subordina os primeiros aos segundos. Isso, por um lado, coloca a necessidade de novas reflexões sobre o conceito de campo, de cidade e de relação campo-cidade, e

por outro lado, contrapõe-se veementemente a fragmentação rígida posta por diversas reflexões geográficas, que impõe a subdivisão dos espaços como uma condição apriorística desconsiderando o movimento da sociedade, ao longo da história, produzindo e reproduzindo espaço. Por isso, nos ancoramos no conceito de produção do espaço a partir das reflexões iniciadas por Henri Lefebvre (1974) e retomada por vários geógrafos, a exemplo de Carlos (2008) para quem:

A produção espacial expressa as contradições da sociedade atual na justaposição de riqueza e pobreza, esplendor e fealdade; em última análise, na segregação estampada na paisagem, e que tem sua natureza no modo de exploração do trabalho pelo capital fundado na propriedade (...). (...) O processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações, econômica, política, social, ideológica, jurídica, cultural, filosófica (...). (...) O processo de produção e reprodução da sociedade e ao mesmo tempo o processo de produção e reprodução do espaço geográfico (...). (...) ao produzir sua vida (sua história, realidade) a sociedade produz, concomitantemente, o espaço geográfico (...). (...) logo o desvendamento do trabalho considerado como processo produtor do espaço geográfico é nosso ponto de partida (...) (CARLOS, 2008, p. 23-25).

É com base nessa realidade que a relação campo-cidade pode ser compreendida, não enquanto espaços fragmentados, preestabelecidos, mas enquanto produzidos e reproduzidos no movimento da sociedade na relação capital *versus* trabalho, impulsionando transformações tanto no campo, como nas cidades, partindo das necessidades de reprodução ampliada do capital e de exploração da força social que trabalha. Por outro lado, cabe considerar, conforme aponta Souza (2010) que os espaços do campo e das cidades possuem especificidades dotadas de um sentido e um conteúdo social, mas só podem ser compreendidos na totalidade das relações que se estabelece no processo de produção da sociedade sobre a égide do modo de produção vigente.

Nesse contexto, cabe-nos concordar ainda com Carlos (2008) posto que ambos os espaços são transformados pelas demandas da sociedade urbana industrial capitalista, em seu processo de expansão e acumulação. Tal constatação não transforma o campo em cidade, nem a cidade em campo – mas traz um novo conteúdo social para esses espaços, transformando suas relações no contexto da reprodução ampliada. É daí que se pode aferir uma intensificação na relação entre campo e cidade na atualidade, realidade a qual o geógrafo, no entendimento do processo de produção do espaço, não pode está alheio.

Em pesquisas realizadas entre os anos de 2013-2014 nos foi possível compreender a luta pelo trabalho na periferia urbana de Vitória da Conquista, marcada pelas contradições estimuladas pela reestruturação produtiva do capital e do desemprego e precarização do trabalho impulsionadas por ela. Essa realidade também nos reaproximou da relação campo-cidade, uma vez que o fato dos trabalhadores estarem na periferia urbana, por si só, não garante a reprodução dos mesmos nesse espaço, bem como pela trajetória de vida de parte desses estarem bastante ligadas ao universo do campo. No entanto, ressalta-se que em pesquisas anteriores desenvolvidas pelo grupo de pesquisa e apontadas nesse artigo, trata-se da realidade de sujeitos já totalmente expropriados dos meios de produção e sujeitados ao trabalho assalariado, ou disponíveis para o labor. Mas, esses trabalhadores não se prendem ao ‘espaço da cidade’, nem a um ‘tipo específico de atividade trabalhista’ estando, na condição de expropriados, na constante mobilidade de sua força de trabalho, seja essa utilizada em atividades urbanas ou rurais, formais ou informais, mas, no geral, temporárias e precarizadas.

(...) enfocamos os conceitos de mobilidade do trabalho e precarização do trabalho como fundamentais para se compreender as complexidades do mundo do trabalho em tempos de crise estrutural do capital. Compreende-se que a mobilidade do trabalho ao mesmo tempo em que se apresenta como condição de reprodução da classe trabalhadora, representa, por outro lado, o momento em que o capital estabelece as diversas formas de uso dessa força de trabalho. Nesse processo, o conceito de precarização do trabalho ganha validade, na medida em que expressa toda a capacidade de extrair o trabalho excedente, por meio da total desefetivação do sujeito social que trabalha (LEAL, MARINHO e SOUZA, 2013, p.02).

A relação campo-cidade na produção dos espaços da periferia urbana de Vitória da Conquista é reafirmada por Lebrão (2014), em que a figura do migrante, e a mobilidade do trabalho, adquire importância fundamental, sendo esses sujeitos relatados em diversos textos (acadêmicos ou não) e notícias sobre a cidade, e cuja representação pode ser constatada em símbolos como o “Monumento dos migrantes”, na Praça Mármore Neto, localizada no Bairro Brasil, lado Oeste da cidade. Esse e os demais bairros próximos, por contar com espaços dotados de infraestrutura mais deficiente, foram os locais onde esses migrantes se concentraram, buscando formas de reproduzir a vida, sendo determinantes na produção do espaço. Porém, acrescenta a autora que:

A mobilidade do trabalho não se extingue, não constitui-se coisa do passado. Embora encontrado na periferia o novo *lôcus* de moradia, nem sempre os trabalhadores têm garantido o acesso ao trabalho, fato que leva esses, que são vistos pelo sistema do capital como trabalhadores “sem ou com pouca” qualificação, a estarem sujeitos a maiores esquemas de exploração de sua força de trabalho, o que gera a constante condição de mobilidade, da cidade para o campo e mesmo para outras cidades do estado e outros locais do país. (LEBRÃO, 2014, p. 63).

Sobre a produção da periferia conquistense, é importante ressaltar, mais uma vez a relevância da mobilidade do trabalho e dos migrantes em sua constituição. Entendemos que o trabalho é a categoria central para a vida e assim, ele se torna o direcionador das trajetórias que os sujeitos desempenham durante suas vidas na busca por lugares que possam lhe oferecer condições, mesmo que precárias, de garantir a sobrevivência. (LEBRÃO, 2014, p.71)

Na condição de sujeitos expropriados dos meios de produção (sobretudo da terra), como condição central de reprodução do capital, esses trabalhadores que produzem os espaços da periferia urbana de Vitória da Conquista, realidade que acreditamos reflete o ocorrido em outras cidades brasileiras, são justamente aqueles sujeitos que se reproduzem de forma mais precária. Esses além de terem o seu direito à cidade bastante comprometido, são os mesmos que servem como força de trabalho menos qualificada, ocupando os postos de trabalho mais degradantes, tendo a condição de reprodução de sua vida via informalidade, ou sendo capturados pelas atividades ‘ilícitas’, a prostituição, a marginalidade e o trabalho escravo. Reproduz-se, assim, na mesma proporção, a expansão do capital o seu revés, a barbárie societal, tal qual apontado por Meszáros (2002). Em recente pesquisa realizada com trabalhadores da periferia conquistense, Leal, Marinho e Souza (2013) constataram que:

(...) o mercado de trabalho informal, nesses casos, surge como uma possibilidade precária de sobrevivência, no qual os sujeitos que nele atuam estão desamparados da legalidade e de condições dignas de trabalho. A venda de água de coco, de aparelhos eletrônicos, alimentos, etc., são exemplos dessa realidade no centro da cidade de Vitória da Conquista. Por outro lado, insta refletir que mesmo os trabalhadores legalmente amparados, isto é, inscritos no mercado formal, concebem o incremento da precariedade em suas condições de trabalho. A extensa jornada de trabalho, extenuante, intensiva, desempenhada em lugar distante do domicílio do trabalhador e sob os auspícios da maior produção do lucro para o capitalista, organiza a sociedade em eixos estigmatizantes, nos quais as perspectivas de vida dos trabalhadores, cientes de suas desvantagens na negociação de sua força de trabalho, se revelam tímidas, desejosas, em sua grande maioria, por melhores condições de saúde física e psicológica (LEAL, MARINHO e SOUZA, 2013, p. 8/9)

Tal realidade reflete as condições do labor e a relação desequilibrada entre patrão e empregado, sustentáculo da lógica de acumulação capitalista. Sejam esses trabalhadores formais ou informais, ao buscarem sua sobrevivência, realizam o capital, inserindo-se de uma forma ou de outra na comercialização da mercadoria. Por isso, a compreensão das transformações no mundo do trabalho, dadas determinações estruturais da reprodução ampliada do capital torna-se assunto de tamanha importância para compreensão da sociedade na atualidade, da produção desigual do espaço, sobretudo quando se assume a postura crítica de superação desse sistema “expansivo, incontrolável e destrutivo” (MESZÁROS, 2002). Essa realidade não se encontra distante do horizonte do geógrafo, ao menos se esse tem por objetivo compreender a essência contraditória da produção do espaço, o que remete a sociedade e ao processo histórico, enquanto totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em pesquisas realizadas no campo e nas cidades o presente artigo buscou enfatizar a produção do espaço frente às contradições impostas pelo capital ao mundo do trabalho, e sua tentativa de converter tanto trabalhadores assalariados quanto camponeses à produção de mercadorias. É nesse propósito que a mobilidade da força de trabalho se constitui em categoria relevante para os estudos em Geografia, permitindo compreender tanto o processo de proletarianização/reprodução camponesa, quanto à precarização dos trabalhadores urbanos, totalmente subsumidos ao assalariamento. Esses são elementos fundamentais para se entender o campo, a cidade e a relação campo cidade, enquanto espaços subsumidos à produção do valor. A produção do espaço, portanto, reflete tal contradição. Por outro lado, é necessário destacar que mesmo que esses sujeitos já estejam totalmente proletarianizados, parte desses mantêm vínculo com a terra – o que se concretiza tanto em trabalhos temporários realizados no campo, quanto na inserção na luta pela terra.

Quanto aos trabalhadores que se mantêm na terra de trabalho, considera-se que esses não estão isentos das contradições impostas pela sociedade capitalista, que se expressa tanto na tentativa de determinar a produção e se apropriar da renda camponesa, quanto à proletarianização, ainda que parcial desses sujeitos, momento em que esses também dispõem sua força de trabalho para produzir mercadorias. É através da mobilidade do

trabalho que se pode explicar esses processos e a produção dos espaços do campo, das cidades, no ir e vir da classe trabalhadora.

Nesse processo, os espaços dos assentamentos e demais comunidades camponesas podem ser entendidos, nas suas contradições, como *lôcus* de reprodução e resistência dos que trabalham e vivem da terra; já os espaços das periferias constituem-se no *lôcus* de reprodução da vida, ainda que precária, dos trabalhadores no urbano.

Na compreensão do mundo do trabalho, na sociedade capitalista, ressalta-se e reforça-se a importância das categorias: mobilidade do trabalho, relação campo-cidade e a precarização e informalização das relações de trabalho. O espaço geográfico é visto, nessa forma de entendimento, como produto e também condição para que esses processos, em suas contradições, se realizem. Para Novais e Souza (2013, p. 2):

Compreende-se que a Ciência Geográfica por meio dos estudos da Geografia e do Trabalho contribui para se pensar as complexidades do mundo do trabalho, e assim analisar a realidade dos trabalhadores da cidade de Vitória da Conquista. Para tanto, entendeu-se a periferia urbana como *lôcus* de reprodução da classe trabalhadora e expressão concreta das contradições do sistema do capital. Evidencia-se que a crise estrutural do capital e a reestruturação produtiva têm rebatimentos nas relações de trabalho, que se tornam mais precarizadas e os trabalhadores cada vez mais mutilados – como condição para a extração crescente da mais-valia. Os rebatimentos espaciais desse processo podem ser observados na realidade.

Assim, os trabalhadores vivenciam maiores dificuldades para venda de sua força de trabalho e, muitas vezes, dadas condições materiais em que se encontram, sequer conseguem garantir sua reprodução social. Nessa relação desigual ora são informais, ora formais, ora desempregados. Estando nos espaços do campo ou das cidades esses travam uma luta diária pela reprodução (ainda que bastante precarizada) da vida.

Notas

¹ O Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo-cidade na produção do espaço, vinculado ao Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos (LEAU-DG/UESB) é cadastrado no CNPq e agrega diversos profissionais da Geografia, e áreas afins, estudantes, técnicos e analistas, demais pesquisadores, movimentos e organizações sociais, com o objetivo de compreender a produção do espaço geográfico a partir da mediação sociedade-trabalho-natureza, englobando as temáticas da mobilidade e precarização do trabalho, relação campo-cidade, produção do espaço agrário, produção do espaço urbano, dentre outras questões. Suas linhas de pesquisa são: Relação campo-cidade no processo de produção do espaço e Trabalho e mobilidade do trabalho. Tais debates objetivam ainda, dá suporte as pesquisas realizados no

âmbito da Graduação em Geografia (Iniciação Científica e trabalhos de final de curso), além dos cursos de Pós-graduação (Lato Sensu e Stricto Sensu), com resultados de trabalhos publicados em revistas, livros e anais de eventos, além de relatórios de Iniciação Científica, trabalhos monográficos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Vincula-se, ainda ao Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais (GPECT-UFS/CNPq) e ao Grupo Ideologia e Luta de Classes (GEILC-UESB/CNPq).
Maiores informações pelo endereço:
dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7530688853127881.

² Ressalta-se que, embora grande parte das pesquisas se concentrem na análise da realidade ocorrida no Sudoeste da Bahia, com destaque ao município (e a cidade) de Vitória da Conquista, são desenvolvidos estudos fora desse *locus* analítico. Ressalta-se ainda algumas pesquisas de caráter teórico, de reflexões sobre o método, que embora não abdicuem da realidade concreta, não se prendem a um determinado recorte.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

FIALHO, A. F. **Reprodução camponesa e Mobilidade do trabalho: a questão da permanência no Assentamento Amaralina em Vitória da Conquista/BA**. (Monografia) Pós-Graduação em Geografia. Especialização em análise do Espaço Geográfico. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. 2014.

FIALHO, A. F.; SOUZA, S. T. **Entre a resistência e a precarização: mobilidade do trabalho e reprodução camponesa no Assentamento Amaralina, Vitória da Conquista/BA**. In: III Encontro Nacional estado, capital, trabalho. Grupo de Pesquisa estado, Capital, Trabalho e as Políticas de Reordenamentos Territoriais. Anais...Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2015.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital**. Barcelona: Editorial Stampa, 1977.

LEAL, V. A. S; MARINHO, M. S; SOUZA, S. T. **Precarização do trabalho e do espaço na cidade de Vitória da Conquista/BA**. Simpósio Baiano de Geografia Agrária. Departamento de Geografia. Anais...Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2013. ISSN 2318-7832

LEBRÃO, J. de S. **Mobilidade do trabalho e a produção da periferia urbana de Vitória da Conquista/BA**. (Monografia) Pós-Graduação em Geografia. Especialização em análise do Espaço Geográfico. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. 2014.

LEFEBVRE, Henri. **La Producion de L'espace**. Paris: Antropos, 1974.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital. Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo.** Apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Vol. 1, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os economistas).

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MASCARENHAS, C. S. **A mobilidade do trabalho e a reprodução camponesa no Assentamento União, povoado de Capinal, Vitória da Conquista/BA.** (Monografia) Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2012. (72p).

MEIRA, V. M. C; SOUZA, S. T. **Mobilidade do trabalho camponês em Barra Nova/BA: subsunção e resistência ao capital.** Simpósio Baiano de Geografia Agrária. Anais... Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2013. ISSN 2318-7832

MESZAROS, István. **Para além do Capital.** Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

NOVAIS, W. P. S. de; SOUZA, S. T. **Geografia e trabalho: a precarização do trabalho na periferia urbana de Vitória da conquista/BA.** Simpósio Baiano de Geografia Agrária. Anais... Departamento de Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2013. ISSN 2318-7832

OLIVEIRA JUNIOR, A. B. de. **O trabalho informal e a produção do espaço no centro comercial de Vitória da Conquista/BA.** (Monografia) Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2012. (119p).

ROCHA, F. C. B. **Da expansão Urbana à valorização de terras rurais: uma reafirmação da dialética campo-cidade em Macaubas/BA.** (Monografia) Pós-Graduação em Geografia. Especialização em análise do Espaço Geográfico. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. 2014.

SANTANA, A. A. **Capital versus trabalho: as relações de trabalho nas fazendas de café dos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça, Bahia.** (Monografia) Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2011.

_____. **A crise do trabalho na cafeicultura de Vitória da Conquista – Bahia.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa/PB, 2016.

SANTOS, J. R. D. dos. **A territorialização dos conflitos e das contradições: capital versus trabalho nos laranjais baianos e sergipanos.** (Tese) Doutorado em Geografia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, E. V. da. **Mobilidade e Precarização do trabalho em Lucaia/Planalto e Barra do Choça/BA: dos cafezais à construção civil.** (Monografia) Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2012. (98p).

SOUZA, S. T. **Da negação ao discurso hegemônico do capital à atualidade da luta de classes. Camponeses em busca do território no Sudoeste da Bahia.** (Tese) Doutorado em Geografia. Núcleo de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal de Sergipe, 2008 (715p).

_____. Relação Campo-Cidade: em busca de uma leitura dialética para a compreensão desses espaços na atualidade. In: Diva Maria Ferlim Lopes e Wendel Henrique. (Org.). **Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de caso.** Salvador/Bahia: Publicações SEI, 2010, v.1, p. 195-207.

_____. Movimentos Sociais no Campo Brasileiro: territórios em disputa. In: A. L. Conceição; R. Á. D. de Souza. (Org.). **O Capital e a ocupação de terras/territórios.** São Cristóvão/Sergipe: Editora UFS, 2013, v. Único, p. 327-350.

SOUZA, S. T. (et. al.). Luta pelo Trabalho na periferia Urbana na mediação Campo-Cidade. In: CONCEIÇÃO, A L; SANTOS, F de O. (Org.). **A Natureza Imperialista do Capital e a falácia do fim da crise.** São Cristóvão: Editora UFS, 2015.

SOUZA, D.M. **Do chão da terra ao chão da fábrica: as formas contraditórias do capital do espaço agrário.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011.

Recebido em 06/04/2017

Aceito para publicação em 01/03/2018.